

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)**

**MAYCO LEONARDO SANTANA SANTOS**

**EVIDENCIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS  
DE BANCOS BRASILEIROS**

**BRASÍLIA**

**2016**

**Mayco Leonardo Santana Santos**

**Evidenciação do Sistema de Controles Internos  
de Bancos Brasileiros**

Artigo apresentado ao curso Ciências Contábeis e  
Atuariais da Universidade de Brasília como requisito  
para obtenção do título de bacharel em Ciências  
Contábeis e Atuariais.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dantas

BRASÍLIA

2016

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de vivenciar tantas experiências ao longo da vida principalmente aqueles grandes desafios que com coragem e perseverança tenho conseguido vencer.

A minha amada esposa Thamires Ferreira Silva por sempre me apoiar e me incentivar a conquistar voos mais altos, mesmo aqueles que em princípio eram impossíveis.

A minha família agradeço pela educação, confiança e por sempre estar disposta a me ajudar, mesmo naqueles momentos em que não sabia que precisava.

Ao Professor Doutor José Alves Dantas, agradeço a orientação e por toda colaboração ao longo desses dois semestres, sendo um profissional de referência ao qual me espelho me incentivando a fazer sempre o melhor.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar o nível de evidênciação e a aderência das informações divulgadas nos relatórios da administração sobre a estrutura de controles internos das 10 maiores instituições financeiras do mercado brasileiro, em relação ao modelo COSO 2013. Caracterizada como exploratória, aborda de forma qualitativa e quantitativa os relatórios da administração publicados de 2000 a 2014, avaliando a aderência das informações ao modelo conceitual. Os resultados do estudo demonstram que, ao avaliar os bancos de forma consolidada, o nível de evidênciação permanece similar ao longo do tempo, indicando pouca evolução em relação ao conteúdo apresentado nos relatórios, havendo um maior nível de evidênciação nos componentes de Ambiente de Controle e Informação e Comunicação e em menor nível nos componentes de Atividade de Controles e Atividades de Monitoramento. A análise por grupos demonstrou que os bancos com capital aberto possuem um maior nível de evidênciação que as instituições financeiras de capital fechado, havendo uma maior diferenciação em relação aos componentes de Avaliação de Risco e Atividades de Monitoramento. O resultado entre os grupos por tipo de controle – público, privado nacional e privado estrangeiro – revelou que os bancos de controle público e privado nacional a partir do período CA2 foram superiores, se mantendo próximos quanto aos níveis de evidênciação ao longo do tempo. Por fim, na análise individual dos bancos destacaram-se positivamente o Banco do Brasil e o Bradesco, apresentando evolução ao longo do tempo e sendo as instituições que alcançaram os maiores níveis de evidênciação. Em termos negativos, destacou-se o Banco BTG, com baixo nível de evidênciação nos períodos avaliados.

**Palavras-chaves:** Evidênciação; Controle Interno; Instituições Financeiras; COSO; Relatório da Administração.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
2.1. Governança corporativa.....	13
2.2. Controles internos.....	15
2.3. O Modelo COSO de Controle Interno .....	17
2.4. Pesquisas sobre o tema .....	22
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>24</b>
3.1. Definição das Instituições Financeiras Escopo do Estudo .....	24
3.2. Método de Seleção dos Períodos .....	25
3.3. Parâmetros de Análise .....	26
<b>4. RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
4.1 Avaliação do conjunto da amostra quanto à aderência aos componentes e princípios do COSO 2013.....	29
4.2 Análise da aderência aos princípios do COSO 2013 e o nível de evidênciação do sistema de controles internos entre bancos com capital aberto e fechado. ....	33
4.3 Análise da aderência aos princípios do COSO 2013 e o nível de evidênciação do sistema de controles internos entre bancos pelo tipo de controle. ....	35
4.4 Análise individual dos bancos no nível de evidênciação das informações frente ao modelo do COSO.....	36
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>43</b>

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Sistema de governança corporativa.

Figura 2: Cubo do COSO.

Figura 3: Componentes e princípios do COSO.

Figura 4: Linha de tempo dos mandatos dos Conselhos de Administração..

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Princípios da governança corporativa.

Quadro 2: Descrição de cada princípio do COSO.

Quadro 3: Instituições financeiras escopo do estudo em R\$ mil.

Quadro 4: Relatórios da administração obtidos.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Classificação do conjunto da amostra quanto a evidenciação do sistema de controles internos.

Tabela 2: Percentual de atendimento por componente do conjunto da amostra.

Tabela 3: Percentual de atendimento por princípio do conjunto da amostra.

Tabela 4: Classificação do conjunto da amostra segregado por tipo de capital quanto a evidenciação do sistema de controles internos.

Tabela 5: Subtração dos percentuais de atendimento dos bancos com capital aberto e dos bancos com capital fechado..

Tabela 6: Nível de evidenciação do sistema de controle interno por tipo de controle: público, privado nacional e privado estrangeiro.

Tabela 7: Classificação individual dos bancos quanto a evidenciação do sistema de controles internos.

Tabela A-1: Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com capital aberto.

Tabela A-2: Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com capital fechado.

Tabela A-3: Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com controle público.

Tabela A-4: Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com controle privado nacional.

Tabela A-5: Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com controle privado estrangeiro.



## 1. INTRODUÇÃO

O termo governança corporativa passou a ser utilizado pelas grandes corporações a partir dos anos 1990 inicialmente nos países desenvolvidos, mais especificamente nos Estados Unidos da América (EUA) e na Grã-Bretanha. Segundo Silveira (2010), uma das primeiras publicações sobre o tema foi o Relatório Cadbury, considerado como o primeiro código de boas práticas de governança corporativa.

Silveira (2010) aborda que a governança corporativa, para o público interno da empresa, visa criar um ambiente no qual as regras sejam seguidas voluntariamente e as decisões tomadas sejam as de melhor interesse para a longevidade da organização. Além disso, para o público externo, a governança zela pela transparência e solidez em relação aos resultados financeiros e impactos não financeiros, bem como busca garantir a todos os acionistas, majoritários e minoritários, o exercício pleno de seus direitos.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015) define a governança corporativa como o sistema utilizado pela organização para gerir e monitorar sua operação, envolvendo as atividades e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa transformam princípios em recomendações diretas, alinhando os objetivos para resguardar e otimizar o valor da empresa e facilitando a captação de recursos e a continuidade do negócio.

O pressuposto é que a adoção das melhores práticas da governança corporativa, por parte das empresas, possibilita aumentar o valor da organização, atraindo novos sócios, além de garantir melhores avaliações feitas por agências de *rating*, bancos e investidores. Para Silveira (2010), um exemplo dessa agregação de valor está relacionada ao fluxo de caixa, ao concluir que as organizações que possuem um bom sistema de governança estabelecido tendem a melhorar as decisões empresariais e aumentar a probabilidade das diretrizes organizacionais serem seguidas, levando a melhores perspectivas de geração de fluxos de caixa.

O pressuposto é que uma estrutura de governança efetiva demonstra aos investidores solidez e confiabilidade, por buscar garantir a prestação de contas, a ética, a transparência e a igualdade de direitos entre acionistas minoritários e majoritários da empresa.

Dessa forma, a preocupação da governança corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos para monitorar as atividades realizadas pelos executivos, a fim de assegurar que o comportamento destes esteja sempre alinhado com as metas da empresa.

Para garantir o alinhamento das atividades operacionais executadas às diretrizes estabelecidas pela empresa, os executivos estabelecem diversos mecanismos e atividades que constituem o Sistema de Controles Internos (SCI) da instituição.

Atualmente, existem diversos modelos a respeito da estrutura conceitual do sistema de controles internos. O modelo mais amplamente divulgado e mundialmente aceito é o desenvolvido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), denominado COSO – *Internal Control – Framework* 2013 (COSO 2013), reconhecida como estrutura modelo para desenvolvimento, implementação, aplicação e avaliação de eficácia do controle interno.

Segundo o COSO (2013), um sistema de controle interno permite que os administradores mantenham o foco no cumprimento de objetivos operacionais e financeiros, ao mesmo tempo que operam em conformidade legal e minimizam surpresas ao longo do tempo. Propicia, assim, que as organizações estejam mais preparadas para lidar com mudanças nos ambientes econômico e competitivo, no comando (liderança) da entidade, nas prioridades estratégicas e nos modelos de negócio, minimizando os impactos na organização.

Nos últimos anos o conceito de controle interno vem se fortalecendo, muitas vezes devido à publicação de regulamentações voltadas ao tema. No Brasil, um dos segmentos de mercado com maior regulação relacionadas a controles internos é o das instituições financeiras, devido à atuação do órgão regulador, o Banco Central do Brasil (BCB) ou o Conselho Monetário Nacional (CMN). Dentre as regulamentações emitidas para este segmento destacam-se: a Resolução CMN nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, tratando da implantação do sistema de controles internos; a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, que regulamenta a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras; a Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, abordando sobre a implantação de estrutura de gerenciamento do risco operacional; e a Circular BCB nº 3.467, de 14 de setembro de 2009, que estabelece os critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos.

No exterior, a legislação mais importante nesse sentido foi a Sarbanes-Oxley Act (2002), também conhecida como Sarbox ou SOx, que é uma lei federal norte-americana, de autoria dos senadores Paul Sarbanes e Michael G. Oxley, publicada em agosto de 2002, com o objetivo de evitar a fuga dos investidores, causada pela insegurança a respeito da governança adequada das empresas, definindo ainda penalidades e responsabilização dos gestores das empresas por suas decisões.

Fernandes e Abreu (2008) explicam que as motivações da SOx foram as grandes fraudes e escândalos financeiros ocorridos em companhias abertas nos EUA, como o ocorrido com a Enron e a WorldCom, que abalaram a confiança dos investidores no mercado de capitais americano. Ainda segundo os autores, os objetivos principais dessa lei são a proteção dos investidores do mercado de capitais contra fraudes contábeis e financeiras e a instituição de responsabilidades e penalidades contra crimes relacionados.

Para atribuir a responsabilidade aos gestores das organizações, a SOx define que o auditor independente, além de realizar o trabalho convencional de auditoria e emissão de opinião à cerca das demonstrações financeiras, deve promover trabalhos de avaliação dos controles internos da empresa que suportam a geração e divulgação dessas informações financeiras, comunicando em seu relatório a opinião sobre a eficiência e confiabilidade do sistema de controles internos da instituição.

Contudo, as empresas que não possuem ações negociadas na *New York Stock Exchange* (NYSE), ou seja, que não possuem registro na *Security Exchange Commission* (SEC), não estão obrigadas a cumprir as exigências desta norma legal. E apesar das regulamentações existentes no Brasil, nenhuma delas exige a divulgação de informações por parte das empresas em relação à eficiência e à confiabilidade de seus controles internos.

Na prática, no mercado brasileiro, as entidades utilizam o Relatório de Administração (RA) para transmitir informações aos usuários sobre a estrutura interna da entidade, fatos relevantes que ocorreram no período e dar publicidade de mecanismos internos que compõem o seu sistema de controles internos. Apesar de a Resolução nº 308, de 14 de maio de 1999, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atribuir aos auditores das companhias abertas a responsabilidade por revisar as informações e análises apresentadas no RA e verificar se essas informações estão alinhadas com as demonstrações financeiras, na prática essas informações não são objeto de opinião dos auditores, e, portanto, caracterizam a visão da própria administração acerca de seus processos e controles, tratando-se desta forma de um *disclosure* voluntário a cerca do seu Sistema de Controles Internos.

Considerando as informações divulgadas nos relatórios de administração acerca dos sistemas de controles internos, assumindo o segmento de mercado das instituições financeiras como mais maduro, por haver maior regulamentação em relação a controles internos, e utilizando o modelo COSO (2013) como base de avaliação, esse estudo visa identificar o nível de evidenciação ao mercado, a aderência da estrutura de controles internos das instituições financeiras ao modelo conceitual e verificar como tem evoluído essa estrutura ao longo do tempo. Adicionalmente, serão promovidas análises comparativas entre os bancos com capital

fechado e com capital aberto e com controle público, controle privado nacional e controle privado estrangeiro, no sentido de verificar se há distinção entre esses grupos na apresentação de informações relacionadas aos sistemas de controles internos.

Para o alcance desse objetivo, a avaliação da estrutura de controles internos foi realizada por meio da análise dos relatórios da administração, que apresentam a visão da própria administração sobre sua estrutura, das dez maiores instituições financeiras do Brasil, considerando o período 2000 a 2014.

As próximas seções deste trabalho abordam: o referencial teórico, destacando os conceitos de governança corporativa, controles internos e o modelo conceitual de controle interno definido no COSO (Seção 2); os procedimentos metodológicos definidos para o alcance dos objetivos, abrangendo os métodos de pesquisa utilizado, a definição de abrangência e os parâmetros de análise das informações (Seção 3); a análise dos resultados encontrados (Seção 4); e as conclusões obtidas no estudo (Seção 5).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentada uma revisão de conceitos de governança corporativa, controles internos e o modelo COSO (2013), além de uma revisão de literatura com pesquisas realizadas sobre o tema, para compreensão dos motivadores do tema do estudo escolhido.

### 2.1. Governança corporativa

Como comentado anteriormente, a governança corporativa é o sistema pelo qual as corporações e demais organizações são geridas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

Para a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD 2016) governança corporativa é o sistema pelo qual os negócios de uma empresa são geridos e controlados. A estrutura de governança especifica a distribuição de direitos e responsabilidades, entre os diferentes papéis de envolvimento na empresa, como acionistas, conselhos, diretoria e demais colaboradores. Assim, também estabelece as estruturas através das quais são definidos os objetivos e diretrizes da companhia e os meios para alcançá-los, bem como a forma de monitoramento de desempenho.

Em linha com o definido pela OECD, o *International Federation of Accountants* (IFC 2016) estabelece que a governança corporativa refere-se às estruturas e processos para direcionar e controlar as empresas. Preocupando-se como o relacionamento entre os acionistas (controldores e minoritários), conselho de administração, diretoria executiva e outras partes interessadas. A boa governança contribui para o desenvolvimento econômico sustentável da entidade melhorando o seu desempenho e proporcionando maior acesso a fontes externas de capital.

Assim, em linhas gerais pode-se determinar que a governança corporativa é o conjunto de mecanismos utilizados para direcionar e determinar as diretrizes empresariais e monitorar as tomadas de decisão de seus executivos, avaliando o alinhamento das decisões as diretrizes estabelecidas, além de garantir o adequado relacionamento entre os acionistas, conselhos, comitês, agentes externos e diretoria executiva.

As práticas de governança corporativa criam um ambiente mais favorável para as organizações atingirem seus objetivos e metas de forma segura e transparente. Silveira (2010) define esse propósito em quatro objetivos centrais, segregados em duas naturezas:

- a) Objetivos internos à empresa: otimização contínua do processo decisório, assegurando que as decisões tomadas sejam as de melhor interesse para a organização no longo prazo; e

redução da probabilidade de acontecimentos negativos ou imprevistos decorrentes de ações intencionais ou involuntárias dos executivos ou funcionários; e

- b) Objetivos externos à empresa: estabelecimento de um alto nível de transparência das informações, financeiras e não financeiras, e perspectivas do negócio para todos os interessados, público interno e externo; e igualdade de tratamento e exercício efetivo dos direitos de todos os acionistas, majoritário e minoritário.

Para assegurar o cumprimento desses objetivos, o IBGC (2009) define o seguinte sistema no Código das melhores práticas de governança corporativa, conforme a Figura 1.

**Figura 1:** Sistema de governança corporativa.



Fonte: IBGC (2015)

No sistema, são definidos profissionais chaves, denominados agentes de governança corporativa, composto pelos sócios (assembleia geral), conselheiros e órgãos colegiados (conselho de administração, conselho fiscal e comitês), auditores (auditoria interna, auditoria independente e comitê de auditoria) e administradores (diretor presidente e diretores). O Conselho de administração é o principal papel do sistema de governança corporativa e seu propósito é ser o elo entre a propriedade e a gestão, para orientar e supervisionar a relação desta última com as demais partes interessadas.

Esse sistema é estabelecido para atender os quatro princípios básicos da governança corporativa, definido pelo IBGC (2009) no Quadro 1:

**Quadro 1:** Princípios da governança corporativa.

<b>Princípio</b>	<b>Definição</b>
Transparência	Disponibilização de informações para as partes interessadas, fortalecendo a confiança interna da entidade e nas relações com terceiros, sendo divulgadas informações financeiras e não financeiras guiando a tomada de decisão gerencial e conduzindo a criação de valor.
Equidade	Tratamento igualitário a todos os sócios e partes interessadas.
Prestação de contas	Todos os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação e se responsabilizar por suas decisões, assumindo as consequências de seus atos ou omissões.
Responsabilidade corporativa	Os agentes da governança corporativa devem zelar pela longevidade e sustentabilidade da empresa, agregando ações de responsabilidade social e ambiental nos negócios e operações.

Fonte: IBGC (2009), adaptado.

Para alcançar esses princípios, o diretor-presidente, alinhado às diretrizes do Conselho de Administração, é responsável pelo desenvolvimento e proposição da estrutura interna que a empresa deve implantar para monitorar o cumprimento das objetivos operacionais e financeiros e mitigar os riscos de não conformidade. Essa estrutura é definida pelo IBGC (2009) como sistema de controles internos, que deve estimular os responsáveis pelo monitoramento e fiscalização a adotar uma postura ativa para prevenir, antecipar e tratar os riscos.

Bergamini Júnior (2005) aponta que o estabelecimento de bons padrões de governança corporativa só é possível com a existência de controles internos adequados. Caso contrário, fica comprometido o atendimento de dois princípios da governança corporativa, a transparência e a prestação de contas, pois os controles internos proporcionam segurança razoável de que o fornecimento de informações relevantes para divulgação será realizado de forma tempestiva, confiável e transparente, e que as diretrizes definidas pela administração estão sendo cumpridas por meio de documentos e informações verídicas, prestação de contas.

## **2.2. Controles internos**

De acordo com o COSO (2013), controle interno é o processo conduzido por todos os profissionais da empresa (estrutura de governança, administração e outros profissionais) desenvolvido para proporcionar segurança razoável que os objetivos definidos pela entidade relacionados as operações, divulgação e conformidade serão alcançados.

Assim, pode-se dizer que controle interno é o conjunto de procedimentos, regras, mecanismos e ferramentas desenvolvido e utilizado por toda empresa para condução das operações reduzindo riscos de falhas em conformidade com as diretrizes estratégicas da organização. Nesse contexto, os objetivos específicos do controle interno devem ser identificados para cada processo e atividade da organização alinhados sempre as diretrizes estratégicas. Para Costa (2007), em geral, os objetivos dos controles internos são:

- a) a preservação dos ativos da organização;
- b) a eficiência e a eficácia operacional mediante a adoção de melhores práticas gerenciais;
- c) a confiabilidade das informações financeiras e contábeis;
- d) a conformidade com as políticas internas;
- e) o atendimento às leis e regulamentações; e
- f) a mensuração dos indicadores de desempenho nos processos, desempenho financeiro e alinhamento a missão da organização.

O COSO (2013) consolida esses objetivos de controle em três categorias:

- a) Operacional: relacionado à eficiência e eficácia das operações, inclusive na mensuração do atingimento das metas de desempenho financeira e operacional e salvaguarda dos ativos;
- b) Divulgação: relacionado à comunicação de informações financeiras e não financeiras para usuários internos e externos a entidade, abrangendo os requisitos de confiabilidade, oportunidade e transparência; e
- c) Conformidade: relacionado ao cumprimento às políticas internas da organização e as leis e regulamentações a que a entidade está sujeita.

Nesse sentido, para atendimento desses objetivos os controles internos são executados em dois níveis dentro da organização. O primeiro nível são os controles da entidade que não se relacionam diretamente a um processo específico, mas se relaciona de forma perversiva com toda a entidade ou com mais de um processo, contribuindo para a efetividade do sistema. Como exemplo, pode-se citar os mecanismos de comunicação e reforço sobre os valores éticos, as políticas e procedimentos para recrutamento e seleção de pessoas e a realização de palestras sobre segurança da informação. No segundo nível, os controles da transação são aqueles executados no decorrer das operações da empresa, como as aprovações para realização de compras, as conciliações bancárias efetuadas pela área financeira, o recebimento físico e fiscal de mercadorias, entre outros.



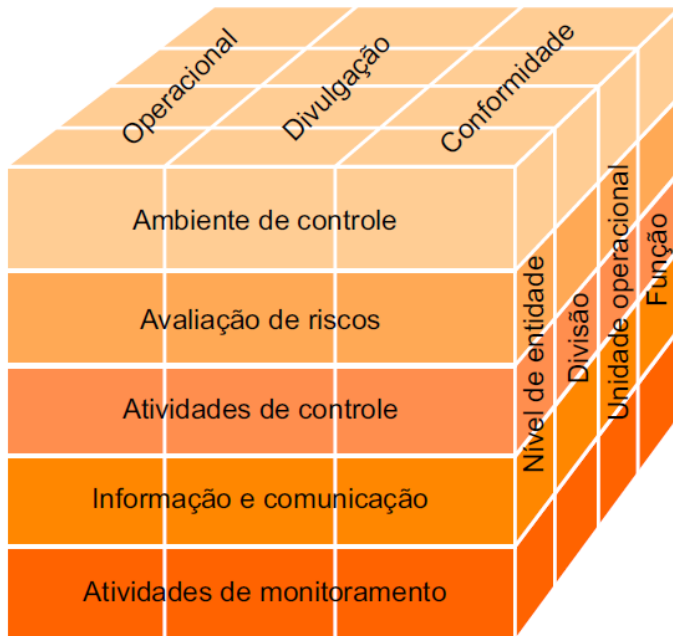
Dessa forma, o modelo COSO (2013) aborda as melhores práticas para implantação de sistema de controles internos, permitindo que as organizações desenvolvam, de forma efetiva e eficaz, seu sistema de controle interno, adaptado aos ambientes operacionais e corporativos específicos, se aprimorando ao longo do tempo, devido às mudanças internas e externas dos negócios, reduzindo os riscos para níveis aceitáveis e apoiando um processo sólido de tomada de decisões e de governança da organização.

### 2.3. O Modelo COSO de Controle Interno

O COSO surgiu em 1985, por uma iniciativa de cinco organizações do setor privado, a *American Accounting Association* (AAA), o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), o *Financial Executives International* (FEI), o *Institute of Management Accountants* (IMA) e o *The Institute of Internal Auditor* (IIA), com a missão de fornecer liderança de pensamento no desenvolvimento de estruturas abrangentes e diretrizes sobre controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e fraude, para aprimorar a performance e supervisão organizacional e reduzir a extensão das fraudes nas organizações.

O primeiro modelo de estrutura de controles internos desenvolvido pelo COSO ocorreu com a publicação do *Internal Control – Integrated Framework*, em 1992, e desde então essa comissão elaborou outras publicações relacionadas ao tema, como: *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, em 2004; *Internal Control over Financial Reporting – Guidance for Smaller Public Companies*, em 2006; *Internal Control – Integrated Framework – Guidance on Monitoring Internal Control Systems*, em 2009; e a última atualização do modelo ocorreu em maio de 2013, com a publicação do COSO – *Internal Control – Framework*, em 2013.

O modelo COSO (2013) segrega o controle interno em cinco componentes que apoiam a organização em seus esforços para alcançar os objetivos: Ambiente de controle; Avaliação de riscos; Atividade de controle; Informação e comunicação; e Atividades de monitoramento. Dessa forma, ao relacionar os objetivos de controle, comentados anteriormente, os componentes de controle interno e sabendo que os controles internos permeiam toda a entidade, define-se o cubo do COSO conforme Figura 2:

**Figura 2:** Cubo do COSO

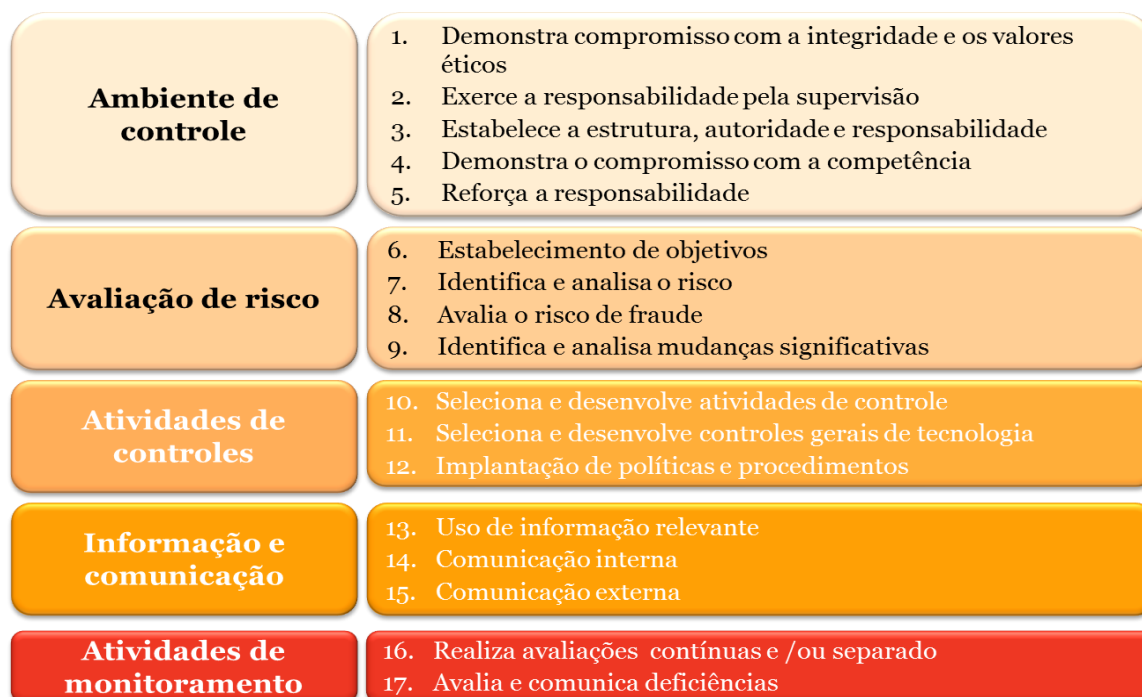
Fonte: COSO (2013).

Nessa representação gráfica, cada componente do controle interno se relaciona com as três categorias de objetivos de controles e está presente em todos os níveis hierárquicos da organização, compreendendo todas as divisões, unidades, funções, subsidiárias, controladas e parceiros estratégicos.

Portanto, para que o sistema de controles internos seja eficaz é necessário que todos os componentes estejam presentes e funcionando em toda a organização. O COSO (2013) esclarece o significado da expressão “presente e funcionando” da seguinte forma:

- a) presente, refere-se ao desenho dos controles para alcance dos objetivos relacionado aos cinco componentes no momento da definição do sistema de controle interno e durante a implementação na organização; e
- b) funcionando, refere-se a permanência da existência dos controles após a implementação do sistema de controle interno na organização.

Para melhor compreensão do modelo, os componentes do COSO (2013) foram segregados em dezessete princípios, que são características importantes dos componentes. Na Figura 3 é apresentado o relacionamento dos componentes com os princípios:

**Figura 3:** Componentes e princípios do COSO.

Fonte: COSO (2013), adaptado.

O Quadro 2 foi elaborado para proporcionar maior clareza a respeito dos temas abordados em cada princípio.

**Quadro 2:** Descrição dos princípios do COSO.

Componente	Princípio	Descrição
<b>Ambiente de controle</b>	P1 - A organização demonstra compromisso com a integridade e os valores éticos.	Neste tópico destacam-se as questões de liderança pelo exemplo, estabelecimento de normas de conduta, avaliação e adesão as normas de conduta e ao tratamento de desvios de forma oportuna.
	P2 - O Conselho de Administração demonstra a independência da gestão e exerce a supervisão do desenvolvimento e desempenho do controle interno.	É abordado neste princípio o estabelecimento das responsabilidades pela supervisão, utilização de experiência relevante, independência na forma de atuação do conselho e a responsabilidade pela supervisão do sistema de controles internos.
	P3 - A Administração estabelece, com a supervisão do Conselho de Administração, estruturas, linhas de reporte e autoridades competentes e responsabilidades na busca de objetivos.	Este tópico foca na estruturação do sistema compreendendo todas as estruturas da entidade, o estabelecimento das linhas de subordinação, alçadas de competência, e a definição, atribuição e delimitação das autoridades e responsabilidades.

Componente	Princípio	Descrição
<b>Ambiente de controle</b>	P4 - A organização demonstra compromisso para atrair, desenvolver e reter pessoas competentes, alinhadas com os seus objetivos.	Neste princípio é ressaltado o estabelecimento de políticas e práticas internas, a avaliação de competência e tratamento de deficiências dos profissionais, atração, desenvolvimento e retenção de talentos e o planejamento da sucessão para as funções chave da organização.
	P5 - A organização mantém os indivíduos responsáveis por suas responsabilidades de controle interno.	Este item direciona as questões de exigência da prestação de contas por meio de estruturas, autoridades e responsabilidades, definição e avaliação contínua da relevância de métricas, incentivos e recompensas de desempenho, a consideração a pressões excessivas e a avaliação de desempenho dos profissionais.
<b>Avaliação de risco</b>	P6 - A organização especifica os objetivos com clareza suficiente para permitir a identificação e avaliação dos riscos associados aos objetivos.	Nesse princípio é abordado que a especificação de objetivos deve refletir as escolhas da administração, deve ser considerada a tolerância ao risco da entidade, inclusão de metas de desempenho operacionais e financeiras e deve ser formada uma base para o comprometimento de recursos.
	P7 - A organização identifica os riscos para o alcance dos seus objetivos da Organização e analisa os riscos para determinar como estes riscos devem ser gerenciados.	É destacado nesse item que a identificação dos riscos deve incluir todos os níveis de entidade, subsidiária, divisão, unidade operacional e áreas funcionais, considerar os fatores internos e externos, o envolvimento dos níveis apropriados da administração. Após a identificação dos riscos deve-se estimar a importância dos riscos e determinado a resposta da organização aos riscos.
	P8 - A organização considera a possibilidade de fraude na avaliação dos riscos para o alcance dos objetivos.	Nesse tópico é estabelecido que as questões relacionadas a fraude devem ser consideradas na avaliação de riscos, abordando os diferentes tipos de fraude, o nível de influência que as pressões, incentivos, oportunidades e atitudes possuem nos profissionais direcionando a ocorrência de fraudes na empresa.

<b>Componente</b>	<b>Princípio</b>	<b>Descrição</b>
<b>Avaliação de risco</b>	P9 - A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar significativamente o sistema de controle interno.	É tratado nesse princípio os mecanismos de avaliação das mudanças no ambiente externo, no modelo de negócios e na liderança que possam afetar o sistema de controles internos.
<b>Atividades de controles</b>	P10 - A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuam para a mitigação dos riscos para o alcance dos objetivos nos níveis aceitáveis.	É destacado nesse tópico que a implementação das atividades de controles deve ser integrada com a avaliação de riscos, considerando os fatores específicos da entidade, aplicado aos processos de negócio relevantes, combinando os tipos de atividades de controle nos níveis adequados e abordando a segregação de função.
	P11 - organização seleciona e desenvolve atividades de controle geral sobre a tecnologia para apoiar o alcance dos objetivos.	Nesse princípio é abordado o processo para determinar a dependência entre o uso da tecnologia nos processos de negócios e os controles gerais de tecnologia, focando no estabelecimento de controles sobre a infraestrutura de tecnologia, dos processos de gerenciamento de segurança e de aquisição, desenvolvimento e manutenção de tecnologia.
	P12 - A organização implanta atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática as políticas.	Nesse último princípio do componente é destacado no estabelecimento de políticas e procedimentos para apoiar a implementação das diretrizes da administração e a definição da responsabilidade e prestação de contas pela execução das políticas e procedimentos, realizada de forma tempestiva e por profissionais competentes. Além disso, versa sobre a tomada de ações corretivas para o não cumprimento das políticas e a necessidade de reavaliação e atualização periódica.
<b>Informação e comunicação</b>	P13 - A organização obtém ou gera e usa, informação de qualidade relevante para apoiar o funcionamento do controle interno.	Esse princípio é focado na identificação dos requisitos de informações, na captura de fontes internas e externas de dados, no processamento de dados relevantes em informações e na manutenção da qualidade durante todo o processamento considerando os fatores de custos e benefícios.

Componente	Princípio	Descrição
<b>Informação e comunicação</b>	P14 - A organização comunica internamente as informações, incluindo os objetivos e responsabilidades de controle interno, necessários para apoiar o funcionamento do controle interno.	Esse item aborda o processo de comunicação das informações de controle interno, a forma de comunicação entre a administração e a estrutura de governança, o estabelecimento de linhas de comunicação de forma independente e a seleção dos métodos de comunicação interna da organização.
	P15 - A organização comunica-se com as partes externas sobre as questões que afetam o funcionamento do controle interno.	Neste tópico é descrito a forma de comunicação com o público externo, como a organização possibilita o recebimento de comunicações, a forma que as informações externas são transmitidas para a estrutura de governança, a existências de canais de comunicação independente e os métodos de comunicação com os agentes externos.
<b>Atividades de monitoramento</b>	P16 - A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações em curso e / ou em separado para verificar se os componentes do controle interno estão presentes e funcionando.	É abordado nesse item a combinação de avaliações do sistema de controles internos efetuada pela estrutura interna de forma contínua e independente, considerando o ritmo das mudanças, estabelecendo a base de referência, utilizando profissionais com conhecimento adequado, de forma integrada aos processos de negócio, ajustando o escopo e a frequência e avaliando objetivamente os processos organizacionais.
	P17 - A organização avalia e comunica deficiências de controle interno em tempo hábil para os responsáveis pela tomada de medidas corretivas, incluindo a alta administração e o conselho de administração, se necessário.	No último princípio estabelecido pelo modelo COSO é estabelecido o processo de avaliação dos resultados das atividades de monitoramento, a comunicação das deficiências e o monitoramento das ações corretivas.

Fonte: COSO (2013), adaptado.

## 2.4. Pesquisas sobre o tema

Não obstante a relevância do controle interno para o alcance dos objetivos das entidades e da importância que o modelo conceitual do COSO tem assumido na literatura sobre o tema, em âmbito internacional, pesquisas sobre o tema não são tão comuns. Entre os trabalhos sobre o tema no Brasil pode-se destacar Maia (2005), Rodrigues, Dias e Colauto (2010) e Zonatto e Beuren (2012).

Maia (2005) em seu estudo, por meio de uma abordagem qualitativa, analisou o sistema de controles internos da empresa General Eletric do Brasil a luz do COSO para avaliar a contribuição do sistema na excelência corporativa e conclui que o atendimento ao modelo COSO reduziu a quantidade de apontamentos da auditoria externa em 50% em 3 anos.

A análise realizada por Rodrigues, Dias e Colauto (2010), na comparação das informações divulgadas nos relatórios da administração e notas explicativas em relação ao formulário 20-F de 34 empresas com ações negociadas na Bovespa e na NYSE, concluiu em um de seus resultados que um dos itens com menor nível de divulgação no Brasil em comparação com o 20-F era o item que tratava do tema de controles internos que quando identificados nos relatórios da administração e notas explicativas existiam apenas menções sem maiores detalhes.

Outro estudo que ratifica o baixo nível de evidênciação de informações referente ao sistema de controles internos é a análise efetuada por Zonatto e Beuren (2012), similar ao proposto nesse estudo, avaliando o nível de evidênciação da gestão de riscos a luz do COSO nos relatórios de administração de 28 empresas com ações da NYSE. Nesse estudo, os autores estabeleceram um nível de evidênciação de informação em 7 níveis, de inexistente a completa e longa, e realizaram a avaliação dos relatórios da administração concluindo que os níveis de evidênciação das características básicas recomendadas pelo COSO são baixos nos relatórios da administração, pois 14,29% das empresas pesquisadas não apresentaram informações referentes à gestão de riscos e das empresas com informações evidenciadas, 25% tiveram seus relatórios da administração classificados como informação incompleta longa, 25% como informação incompleta média e 35,71% como informação incompleta curta.

Assim, com a nova publicação do modelo COSO 2013 e, considerando o estudo em um nicho específico de mercado, o propósito deste estudo é voltado ao mercado das instituições financeiras e pretende averiguar o nível de evidênciação do sistema de controles internos a um nível que se possa obter indicativos da maturidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Cervo e Bervian (1996) a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, por meio da realização de procedimentos científicos. Para Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se estabelece na direção para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Para Gil (1991), apesar das pesquisas normalmente direcionarem objetivos específicos, esses estudos pode ser classificados em três grupos distintos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos.

A pesquisa é classificada como exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Ainda segundo Gil (1991), o estudo exploratório proporciona uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo. Além disso, possibilita ao pesquisador agregar conhecimento acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

Essa pesquisa foi realizada utilizando levantamento bibliográfico, internet e conhecimento empírico do pesquisador, por meio de experiências profissionais relacionadas ao tema, para condução das análises. Assim, considerando os objetivos e as características da pesquisa, esse estudo pode ser classificado como pesquisa exploratória de análise qualitativa.

#### 3.1. Definição das Instituições Financeiras Escopo do Estudo

O estudo teve como população alvo as instituições financeiras em operação no Brasil. Considerando o relatório dos Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional divulgado pelo BCB (2015), inicialmente foram elencados os dez maiores bancos considerando o total de ativos e suas características quanto ao capital (aberta ou fechada) e controle (privado nacional, privado estrangeiro e público), conforme Quadro 3, que correspondem à amostra da pesquisa:

**Quadro 3:** Instituições financeiras escopo do estudo em R\$ mil.

Instituição Financeira	Ativo total	Capital	Controle
Banco do Brasil	R\$ 1.075.528.342,00	Aberto	Público
Itaú	R\$ 1.013.567.240,00	Aberto	Privado nacional
Caixa Econômica Federal	R\$ 968.564.128,00	Fechado	Público



Instituição Financeira	Ativo total	Capital	Controle
Bradesco	R\$ 694.588.027,00	Aberto	Privado nacional
BNDES	R\$ 871.410.178,00	Fechado	Público
Santander	R\$ 590.119.954,00	Aberto	Privado estrangeiro
HSBC Brasil	R\$ 164.703.618,00	Fechado	Privado estrangeiro
BTG Pactual	R\$ 127.758.567,00	Aberto	Privado nacional
Safra	R\$ 122.480.072,00	Fechado	Privado nacional
Votorantim	R\$ 95.002.375,00	Fechado	Privado nacional

Fonte: BCB (2015), adaptado.

Cabe destacar que a amostra selecionada representa todas as características relevantes apontadas inicialmente, havendo bancos com capital aberto e com capital fechado e controle público, controle privado nacional e controle privado estrangeiro, além de, no conjunto, representarem 84,92% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Ressalta-se que apesar do BNDES não apresentar características de banco comercial ou de investimentos como as demais instituições analisadas, este foi considerado como escopo do trabalho tendo em vista o total de seu ativo, característica utilizada para definição da amostra.

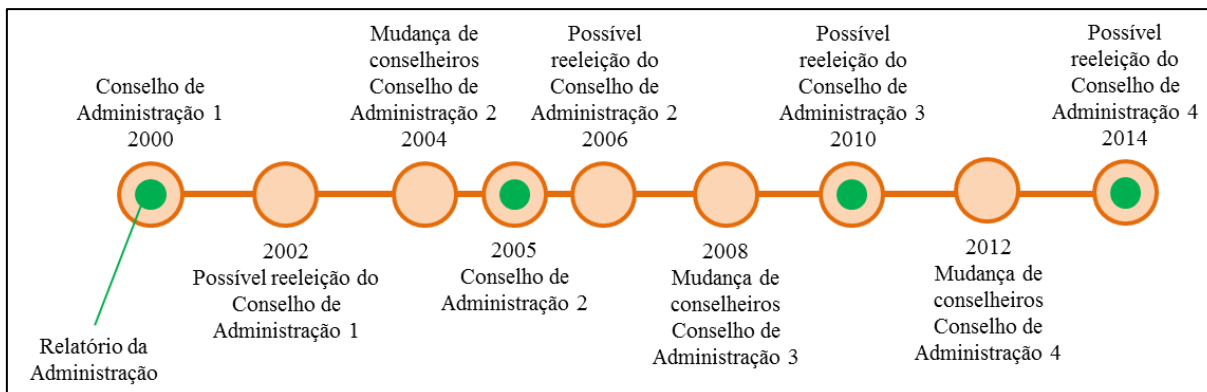
### 3.2. Método de Seleção dos Períodos

Uma vez definidas as instituições financeiras do escopo do estudo, a segunda fase da pesquisa refere-se à definição dos períodos de análise dos relatórios da administração. Segundo o IBGC (2009), o Conselho de Administração é o órgão colegiado encarregado da tomada de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico e é o principal componente do sistema de governança corporativa.

Assim, o Conselho é o guardião do objeto social e do sistema de governança e deve prestar contas aos sócios, incluindo uma análise e parecer sobre o RA e das demonstrações financeiras.

Isso posto, no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2009) é definido que o prazo do mandato dos conselheiros não deve ser superior a dois anos, sendo desejável a reeleição para construção de um Conselho experiente e produtivo.

Tendo em vista que o RA é analisado e deliberado pelo Conselho de Administração, e assumindo o ano de 2000 como ano de referência inicial da pesquisa, pode-se construir a linha de tempo que determina os períodos de análise da pesquisa conforme Figura 4:

**Figura 4:** Linha de tempo dos mandatos dos Conselhos de Administração.

Fonte: Elaboração própria.

Considerando esses preceitos, é possível realizar a análise do sistema de controles internos das instituições financeiras selecionadas a partir de quatro composições diferentes do Conselho de Administração, analisando-se os relatórios da administração dos anos 2000, 2005, 2010 e 2014. Caso não haja o RA do referido ano, o relatório analisado será substituído pelo do ano subsequente.

Para os propósitos da pesquisa, os RAs são obtidos a partir de consulta aos sites das próprias instituições listadas na Seção 3.1 ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na internet.

### 3.3. Parâmetros de Análise

Conforme exposto anteriormente, os relatórios da administração apresentam a visão da própria administração sobre sua estrutura de governança, e consequentemente sobre seu sistema de controles internos. Ademais, é considerado que a estrutura conceitual sugerida pelo COSO indica requisitos e parâmetros a serem utilizados para a implementação de um adequado sistema de controles internos.

No estudo realizado por Dantas, Rodrigues, Marcelino e Lustosa (2010), por exemplo, foi utilizado o modelo do COSO como referência para o estabelecimento de um modelo de avaliação do custo-benefício de implantação do sistema de controles internos e gerenciamento de risco. O COSO foi destacado no estudo como referência mundial no tema de implementação do controle interno, e que embora tenham surgido outros modelos, os conceitos fundamentais e premissas do que seja uma adequada estrutura não diferem, em suas linhas gerais, do que é definido pelo COSO.

Assim, as informações constantes nos RAs das instituições financeiras selecionadas na amostra serão analisadas a luz dos componentes e princípios do modelo COSO conforme contexto descrito no Quadro 2, na seção 2.3.

#### 4. RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados das análises efetuadas e a apresentação de gráficos comparativos entre as instituições analisadas e o nível de aderência dos sistemas de controles internos dos bancos frente aos princípios do modelo COSO (2013).

De acordo com as instituições e os períodos selecionados na amostra destacada nas seções 3.1 e 3.2, foram analisados 33 relatórios de administração, conforme destacado no Quadro 4, de acordo com os ciclos do Conselho de Administração (CA), de acordo com a linha de tempo destacada na Figura 4.

**Quadro 4:** Relatórios da administração obtidos.

Instituição Financeira	CA 1	CA 2	CA 3	CA 4
Banco do Brasil	✓	✓	✓	✓
Itaú	✓	✓	✓	✓
Caixa Econômica Federal	✓	✓	✓	✓
Bradesco	✓	✓	✓	✓
BNDES	✗	✓	✓	✓
Santander	✗	✓	✓	✓
HSBC	✗	✓	✓	✓
BTG Pactual	✗	✗	✓	✓
Safra	✗	✓	✓	✓
Votorantim	✗	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria.

Nas consultas aos sítios das instituições e da CVM, na internet, não foram encontrados os relatórios da administração referentes: ao ciclo do Conselho de Administração 1, para os bancos BNDES, Santander, HSBC, BTG Pactual, Safra e Votorantim; e ao ciclo do Conselho de Administração 2 para o banco BTG Pactual.

A partir dos dados obtidos, os RAs foram analisados de forma qualitativa em relação aos princípios do COSO. Como critério de análise, conforme as informações expostas se relacionavam com os princípios do COSO, este era considerado como presente no sistema de controle internos da instituição financeira.

Para melhor entendimento a respeito do procedimento de análise adotado nessa avaliação qualitativa, apresenta-se, como exemplo, a análise efetuada no RA de 2014 do Bradesco (CA 4). No tópico 11.1 do referido relatório são apresentadas informações da

estrutura da auditoria interna que é subordinada ao Conselho de Administração e o propósito da área que é o de avaliar, de forma independente, os processos do banco, contribuindo para a mitigação dos riscos, a adequação e eficácia dos controles internos e a conformidade com as políticas, normas, padrões, procedimentos e regulamentações internas e externas.

Além disso, no tópico 12.2 é abordado o processo de avaliação da efetividade dos controles implantados pela área de Controles Internos da instituição e a validação dos modelos de risco estabelecidos. Dessa forma, o princípio 16, do componente de atividades de monitoramento, que trata da realização de avaliações contínuas e/ou independentes pela organização, foi considerado como presente no sistema de controles internos do Bradesco neste relatório da administração.

Assim, ao final da análise qualitativa é determinado a presença ou ausência do princípio no relatório analisado.

#### **4.1 Avaliação do conjunto da amostra quanto à aderência aos componentes e princípios do COSO 2013**

A Tabela 1 foi desenvolvida com o objetivo de classificar o conjunto da amostra quanto a evidenciação do sistema de controles internos das instituições financeiras.

**Tabela 1:** Classificação do conjunto da amostra quanto a evidenciação do sistema de controles internos.

Nível de evidenciação do sistema de controle interno	CA1	CA2	CA3	CA4
	47,1%	47,1%	54,7%	52,4%

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados demonstram que, no conjunto das instituições financeiras avaliadas, o nível de evidenciação do sistema de controles internos é similar ao longo dos últimos 14 anos, indicando que há poucas alterações em relação ao conteúdo apresentado nos RAs.

Além disso, observa-se que o nível de evidenciação está próximo de 50%, o que significa que de todos os princípios apresentados pelo COSO, aproximadamente metade está presente nos RAs, demonstrando um nível de evidenciação que pode ser considerado como “baixo”, se for levado em consideração o porte das instituições financeiras analisadas e a regulamentação do setor. Contudo, por se tratar de *disclosure* voluntário as instituições não possuem obrigatoriedade de evidenciar suas práticas seguindo um modelo pré-determinado.

A Tabela 2 foi elaborada com o propósito de verificar percentualmente o nível de aderência por componente do COSO.

**Tabela 2:** Percentual de atendimento por componente do conjunto da amostra.

Componente	% atend. Comp.	CA1	CA2	CA3	CA4
		% atend.	% atend.	% atend.	% atend.
		Comp.	Comp.	Comp.	Comp.
Ambiente de controle	58%	55%	56%	60%	60%
Avaliação de risco	52%	50%	42%	63%	53%
Atividades de controles	35%	33%	33%	33%	40%
Informação e comunicação	64%	67%	63%	63%	63%
Atividades de monitoramento	32%	13%	34%	45%	35%

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se observar que os maiores níveis de evidenciação são os relativos aos componentes Informação e comunicação, com média de 64%, e Ambiente de controle, com média de 58%.

Através dos RAs as instituições procuram dar ênfase na apresentação de seus resultados, relacionado ao componente de Informação e comunicação, e demonstrar transparência em relação a sua estrutura e negócios, relacionado ao componente de Ambiente de controle.

Além disso, observa-se pouca evidenciação aos componentes de Atividade de monitoramento e Atividades de controles, com 32% e 35% respectivamente, o que demonstra que as instituições não apresentam informações substanciais em relação aos seus mecanismos internos de controle para monitorar as transações, mitigar riscos e tratar os erros identificados. Cabe ressaltar que isso não significa, necessariamente, que esses mecanismos não existam nos bancos, e sim que eles não são evidenciados de forma clara para os usuários dos RAs.

O desdobramento das análises dos componentes é demonstrado na Tabela 3, apresentando o percentual do nível de aderência no nível por princípio do COSO.

**Tabela 3:** Percentual de atendimento por princípio do conjunto da amostra.

Componente	Princípio	% atend. Princ.	CA1	CA2	CA3	CA4
			% atend. Princ.	% atend. Princ.	% atend. Princ.	% atend. Princ.
Ambiente de controle	P1	95%	100%	89%	100%	90%
	P2	33%	0%	33%	60%	40%
	P3	85%	100%	89%	70%	80%
	P4	76%	75%	67%	70%	90%
	P5	0%	0%	0%	0%	0%
Avaliação de risco	P6	48%	50%	33%	70%	40%
	P7	69%	100%	44%	70%	60%
	P8	23%	0%	22%	30%	40%
	P9	67%	50%	67%	80%	70%
Atividades de controles	P10	67%	50%	56%	80%	80%
	P11	39%	50%	44%	20%	40%
	P12	0%	0%	0%	0%	0%
Informação e comunicação	P13	90%	100%	89%	80%	90%
	P14	3%	0%	0%	10%	0%
	P15	100%	100%	100%	100%	100%
Atividades de monitoramento	P16	61%	25%	67%	80%	70%
	P17	3%	0%	0%	10%	0%

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar a tabela pela perspectiva dos princípios ao longo do tempo constata-se que os princípios com maior nível de aderência são o P15 com 100%, P1 com 95%, P13 com 90% e o P3 com 85%. Os itens P1 e P3 estão relacionados ao componente de ambiente de controle, ressaltando a importância que a instituição atribui ao tema de integridade e ética, com definição da estrutura organizacional, áreas e funções, para atendimento dos negócios. Enquanto os itens P13 e P15 estão ligados ao componente de informação e comunicação, tratando da utilização de informações relevantes e mecanismos de divulgação de informações ao público externo. Ainda sob a ótica dos princípios, destacam-se negativamente a aderência dos itens P5 e P12 com 0% e o P14 e P17 com 3%.

Em termos negativos, o item P5, associado ao componente de ambiente de controle, que trata da maneira como a instituição mantém os indivíduos responsáveis por suas responsabilidades de controle interno, não está presente em nenhum dos relatórios. Dessa forma, pode-se inferir que as instituições demonstram um nível elevado de preocupação na definição e atribuição das responsabilidades para os profissionais, sempre pautando as

questões de integridade e ética, mas não divulgam os mecanismos utilizados para manter esses indivíduos engajados e responsáveis por suas funções sendo responsáveis pelo controle interno da instituição.

Da mesma forma, o item P12 do componente de atividade de controle, que trata da implantação de políticas e procedimentos não foi evidenciado em nenhum relatório, e ao item P14, relacionado ao componente de informação e comunicação tratando do tema de comunicação interna, foi evidenciado em apenas 10% dos relatórios apenas no período CA3, refletindo que os bancos não divulgam sua estratégia de organização interna em relação aos seus processos e como a informação é comunicada internamente entre as áreas e funções.

De modo geral o comportamento da aderência dos princípios ao longo do tempo é pouco volátil, onde o percentual de aderência possui uma variação entre 10% e 20% em relação ao relatório anterior. Exceções a essa tendência ocorreu com os itens P2, P6, P7, P11 e P16.

Desses princípios, o P16 obteve a maior variação positiva, podendo ser justificada pelo crescimento da importância dos processos de avaliação dos controles internos, cujo grande motivador foi a publicação, em 2002, da SOx, que agregou maior relevância para a opinião dos auditores externos em relação aos controles internos das empresas e exigiu a realização de testes de efetividade por parte da Administração, que na maioria das vezes utiliza a auditoria interna para realização desses testes.

Assim, é natural se supor que as instituições financeiras brasileiras foram influenciadas por esse movimento internacional e começaram a evidenciar de forma mais clara nos RAs a existência de uma estrutura efetiva e capaz de atuar de forma objetiva e independente realizando avaliações do sistema de controles internos.

Já o princípio P7 registra uma evolução negativa acima da média, refletindo uma restrição de divulgação de informações referente ao processo de identificação e avaliação de risco no RAs. Isso pode ser associado ao fato de esse ser um processo chave para a estratégia dos bancos, pois é o fator determinante para aceitação de clientes e definição de limites. Dessa forma, pela evolução do ambiente competitivo entre os bancos, esse tipo de informação passa a ser suprimida dos RAs.

Ao analisar o percentual de atendimento dos componentes observa-se, assim como na análise dos princípios, que há pouca variação entre os períodos em torno de 0% a 21%.



## 4.2 Análise da aderência aos princípios do COSO 2013 e o nível de evidenciação do sistema de controles internos entre bancos com capital aberto e fechado

Nessa análise, os bancos foram agrupados pelo tipo de capital – aberto e fechado – e verificado percentualmente, como no item anterior, o nível de aderência de cada um dos princípios e componentes do COSO nos relatórios de administração, para que fosse possível realizar a comparação entre esses dois grupos de instituições.

Ao segregar o nível de evidenciação entre os dois grupos, observa-se que o nível de evidenciação do sistema de controle interno pelas instituições de capital aberto é superior em comparação as instituições de capital fechado, exceto pelo período CA3 cujos percentuais foram iguais, conforme demonstrado na Tabela 4.

**Tabela 4:** Nível de evidenciação do sistema de controle interno por tipo de capital.

Período	Nível de evidenciação			
	Aberto	Fechado	Diferença	Resultado
CA1	51%	35%	16%	Aberto > Fechado
CA2	56%	40%	16%	Aberto > Fechado
CA3	55%	55%	0%	Aberto = Fechado
CA4	59%	46%	13%	Aberto > Fechado

Fonte: Elaboração própria.

Um maior detalhamento da evidenciação pode ser observado por meio das Tabelas A-1 e A-2, incluídas no Anexo desta pesquisa, que demonstra o percentual de atendimento dessas informações referente ao grupo de instituições financeiras com capital aberto e fechado, respectivamente.

Para verificar a diferença na evidenciação entre os bancos de capital aberto e fechado foi construída a Tabela 5 apurando a diferença entre os percentuais.

**Tabela 5:** Subtração dos percentuais de atendimento dos bancos com capital aberto e dos bancos com capital fechado.

Componente	Princípio	% atend. Princ.	% atend. Comp.	CA1		CA2		CA3		CA4	
				% atend. Princ.	% atend. Comp.	% atend. Princ.	% atend. Comp.	% atend. Princ.	% atend. Comp.	% atend. Princ.	% atend. Comp.
Ambiente de controle	P1	10%		0%		20%		0%		20%	
	P2	8%		0%		30%		0%		0%	
	P3	10%	9%	0%	20%	20%	17%	-20%	-8%	40%	8%
	P4	19%		100%		15%		-20%		-20%	
	P5	0%		0%		0%		0%		0%	
Avaliação de risco	P6	60%		67%		75%		20%		80%	
	P7	-3%	21%	0%	33%	10%	26%	-20%	0%	0%	25%
	P8	6%		0%		5%		20%		0%	
	P9	20%		67%		15%		-20%		20%	
Atividades de controles	P10	-29%		-67%		-10%		-40%		0%	
	P11	50%	7%	67%	0%	55%	15%	40%	0%	40%	13%
	P12	0%		0%		0%		0%		0%	
Informação e comunicação	P13	-10%		0%		20%		-40%		-20%	
	P14	5%	-2%	0%	0%	0%	7%	20%	-7%	0%	-7%
	P15	0%		0%		0%		0%		0%	
Atividades de monitoramento	P16	37%		33%		15%		40%		60%	
	P17	5%	21%	0%	17%	0%	8%	20%	30%	0%	30%

Fonte: Elaboração própria.

Ao verificar a Tabela 7, observa-se que, no geral, os bancos de capital aberto possuem um maior nível de evidenciação que os bancos de capital fechado para os princípios P1, P2, P3, P4, P6, P8, P9, P11, P14, P16 e P17 e em menor nível para os princípios P7, P10 e P13. Em termos gerais, verifica-se um maior grau de evidenciação por parte dos bancos com capital aberto para quase todos os componentes, exceto o de Informação e Comunicação.

As maiores diferenças positivas foram dos princípios P6, P11 e P16, o que demonstra que os bancos com capital aberto possuem maior preocupação em divulgar suas práticas relacionadas à definição de objetivos, sendo possível a identificação dos riscos que impeçam o cumprimento desses objetivos. Além disso, transparece a preocupação em estabelecer processos e controles robustos relacionados a tecnologia da informação e demonstrar que existem processos internos consistentes de avaliação de seus processos internos.

Esses princípios caracterizam maior transparência para os usuários da informação, assim influenciando positivamente os investidores, atraindo-os para investirem na instituição.

Já as instituições financeiras com capital fechado, por não receberem recursos de investidores, dão maior ênfase na evidênciação das suas atividades internas e de como utilizam a informação interna de forma relevante. Desse modo, os princípios P10 e P13 são melhor evidenciados por esses bancos de capital fechado.

#### 4.3 Análise da aderência aos princípios do COSO 2013 e o nível de evidênciação do sistema de controles internos entre bancos pelo tipo de controle

Analizando pela ótica do tipo de controle das instituições, os bancos foram agrupados em sob controle público, privado nacional e privado estrangeiro; e verificado percentualmente, como nos itens anteriores, o nível de aderência de cada um dos princípios e componentes do COSO nos relatórios de administração para que fosse possível realizar a comparação entre os três grupos.

A Tabela 6 demonstra o grupo de instituições que obtiveram o maior nível de evidênciação do sistema de controle interno ao longo do tempo.

**Tabela 6:** Nível de evidênciação do sistema de controle interno por tipo de controle.

Período	Nível de evidênciação			Grupo com maior nível de evidênciação
	Controle público	Controle privado nacional	Controle privado estrangeiro	
CA1	44%	50%	-	Controle privado nacional
CA2	53%	46%	41%	Controle público
CA3	61%	48%	65%	Controle privado estrangeiro
CA4	61%	45%	59%	Controle público
Média Geral	55%	47%	55%	Controle Público / Controle privado estrangeiro

Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente, no período CA1, as instituições de controle privado nacional possuem maior nível de evidênciação, destacando que não foram obtidos RAs para as instituições de controle privado estrangeiro para esse período.

No período CA2 os bancos com controle público alcançam o maior nível dentre os grupos e no período CA3 as instituições de controle privado estrangeiro, o que pode ter sido motivado pela evolução da regulação em mercados estrangeiros os quais essas empresas

atuam, como a SOx. Por fim, no período CA4 novamente o grupo de controle público se destaca, seguido pelo grupo de controle privado estrangeiro com pequena diferença percentual.

As Tabelas A-3, A-4 e A-5, presentes nos Anexos, apresentam as informações mais detalhadas por componentes e princípios, dos grupos de bancos por tipo de controle.

O grupo de instituições de controle público possuem níveis de evidenciação que se destacam dos demais grupos nos princípios P2, P7 e P11, relacionados à responsabilização pela supervisão, ao processo de identificação e à análise dos riscos e ao estabelecimento de controles gerais de tecnologia da informação. Diferentemente, os bancos com controle privado nacional não possuem destaque individual em nenhum dos princípios do COSO.

Já os bancos com controle privado estrangeiro, se destacam nos princípios P6, P16 e P17. Muito provavelmente por terem experiências com outras exigências, como SOx, evidenciam de forma mais consistente os seus processos de definição de objetivos, avaliação do sistema de controle interno e a comunicação e monitoramento das deficiências encontradas.

#### 4.4 Análise individual dos bancos no nível de evidenciação das informações frente ao modelo do COSO

Apesar da análise geral das instituições financeiras analisadas apontar para um nível médio de evidenciação das informações referente aos controles internos estar entre 47,1% e 54,7%, ao analisar os bancos de forma individual existe diferenciação maior entre os bancos e entre os períodos conforme demonstra a Tabela 7.

**Tabela 7:** Classificação individual dos bancos quanto a evidenciação do sistema de controles internos.

Instituição Financeira	CA 1	CA 2	CA 3	CA 4
Banco do Brasil	52,90%	70,60%	70,60%	76,50%
Bradesco	47,10%	58,80%	76,50%	70,60%
Itaú	52,90%	41,20%	47,10%	58,80%
Caixa Econômica Federal	35,30%	64,70%	58,80%	58,80%
Santander	n/a	52,90%	64,70%	58,80%
HSBC	n/a	29,40%	64,70%	58,80%
BNDES	n/a	23,50%	52,90%	47,10%
Votorantim	n/a	29,40%	47,10%	41,20%
BTG Pactual	n/a	n/a	23,50%	29,40%
Safra	n/a	52,90%	52,90%	23,50%

Fonte: Elaboração própria.

Destacam-se positivamente o Banco do Brasil, que apresentou evolução e consistência quanto ao nível de evidênciação de 70,6% no período CA2, elevando sua evidênciação para 76,5% no CA4. É o maior nível de evidênciação alcançado entre todos os bancos em todos os períodos. Outra instituição que obteve destaque foi o Bradesco, alcançando o nível de evidênciação de 76,5% no período CA3 com pouca redução para o período CA4.

Em contrapartida, destacou-se negativamente o Banco BTG, com evidênciação de 23,5% e 29,4% para os dois períodos analisados, além do Banco Safra, que ao invés de aprimorar o nível de evidênciação decaiu de 52,9% para 23,5% no período CA4.

## 5. CONCLUSÃO

Com a evolução dos negócios empresariais, o aumento de regulamentações e o amadurecimento da governança corporativa, é evidente que as empresas que busquem o sucesso possuam mecanismos de demonstrar transparência em seus atos e negócios e transmitir segurança para o mercado.

Dessa forma, a governança das empresas busca estabelecer mecanismos e estruturas internas eficientes para garantir que as estratégias estão sendo seguidas e os riscos que impeçam a sua execução sejam detectados e mitigados o mais rápido possível, esse conjunto é denominado de Sistema de Controles Internos. No Brasil, as empresas utilizam o Relatório de Administração (RA) para divulgar essa estrutura e apresentar fatos relevantes para a empresa.

Ao focar no segmento de mercado com maior maturidade em relação a controles internos, as instituições financeiras se destacam, tendo em vista as regulamentações existentes e atuação do Banco Central do Brasil, fazendo com que as empresas desse setor estejam em constante aprimoramento de sua estrutura interna.

Nesse sentido, a análise dos RAs das 10 maiores instituições financeiras do Brasil, com base no COSO – modelo de estrutura de controles internos mais amplamente divulgado e mundialmente aceito – fornece um fundamento robusto para verificar o nível de evidenciação do sistema de controles internos desse segmento e sua evolução nos últimos 14 anos, identificando em quais grupos de bancos existe um nível mais alto de evidenciação do SCI, conforme o tipo de capital e controle.

Durante o estudo, foi possível observar que, ao avaliar os bancos de forma consolidada, o nível de evidenciação permanece similar ao longo dos 14 anos, entre 47,1% e 54,7%, indicando pouca evolução em relação ao conteúdo apresentado nos RAs. Os maiores níveis por componente foram identificados em Ambiente de Controle e Informação e Comunicação e poucas informações foram identificadas em relação a Atividade de Controles e Atividades de Monitoramento.

A análise por grupos, em relação ao tipo de capital – aberto ou fechado – demonstrou que os bancos com capital aberto possuem um maior nível de evidenciação do SCI que as instituições financeiras de capital fechado, exceto pelo componente de Informação e Comunicação, havendo uma maior diferenciação em relação aos componentes de Avaliação de Risco e Atividades de Monitoramento.

Já entre os grupos por tipo de controle – público, privado nacional e privado estrangeiro – os resultados dos bancos com controle público e privado estrangeiro a partir do

período CA3 foram superiores, se mantendo próximos quanto aos níveis de evidenciação ao longo do tempo.

Na análise individual dos bancos, destacaram-se positivamente o Banco do Brasil e o Bradesco, apresentando evolução ao longo do tempo e sendo as instituições que alcançaram o maior nível de evidenciação de 76,5%, e negativamente destacou-se o banco BTG, não alcançando 30% de evidenciação nos período avaliados.

Entre as limitações dessa pesquisa podem ser destacados: o fato de não serem encontrados alguns dos relatórios de administração; e a própria metodologia empregada, que pressupõe julgamento na análise qualitativa do conteúdo dos relatórios, o que é inerente a esse tipo de pesquisa.

Sugere-se, por fim, que mais pesquisas sobre a evidenciação do sistema de controles internos sejam realizadas, de forma que seja possível relacionar fatos que influenciam as instituições a elaborar seus relatórios de administração, além de comparar as informações reportadas por instituições do mercado brasileiro com instituições presentes em outros mercados, como o norte-americano, que se submete mais objetivamente aos ditames da SOx.

## REFÊRENCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução 2.554**, de 24 de setembro de 1998. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1998&numero=2554>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução 3.198**, de 27 de maio de 2004. Altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2004&numero=3198>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução 3.380**, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2006&numero=3380>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Circular 3.467**, de 14 de Setembro de 2009. Estabelece os critérios para elaboração dos relatórios de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=circ&ano=2009&numero=3467>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN), **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>>. Acesso em: 01 de Setembro de 2015.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião (2005), “Controles Internos como um Instrumento de Governança Corporativa”. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, 12, 149-188.



CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Resolução 308**, de 14 de Maio de 1999. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM nos 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998. Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/300/inst308consolid.pdf>>.

Acesso em: 25 de Setembro de 2015.

COSO, *Comitte of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission*, **Controle Interno – Estrutura Integrada – Estrutura e Anexos**, 2013. Traduzido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IIA Brasil e PricewaterhouseCoopers – PwC em 2013.

COSO, *Comitte of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission*, **About us**.

Disponível em: < <http://www.coso.org/aboutus.htm> >. Acesso em: 05 de Setembro de 2015.

COSTA, C. B. **Auditoria financeira – Teoria e prática**. 8ª edição. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2007.

DANTAS, José A.; RODRIGUES, Fernanda F.; MARCELINO, Gileno F.; LUSTOSA, Paulo R. B. **Custo-benefício do controle: proposta de um método para avaliação com base no COSO**. Contabilidade, gestão e governança, Brasília, v.13, n.2, p.3-19, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/255>>. Acesso em: 19 de setembro de 2015.

FERNANDES, Aguinaldo Aragon; ABREU, Vladimir F. de. **Implantando a Governança de TI: da estratégia à gestão de processos e serviços**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, **Código de melhores práticas de governança corporativa**, 4ª ed., São Paulo: IBGC, 2009.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, **Governança**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>>. Acesso em: 22 de Agosto de 2015.

IFC, International Federation of Accountants, **Corporate Governance**. Disponível em: <<http://www.ifc.org/corporategovernance>>. Acesso em: 28 de Junho de 2016.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, M.s. et al. **Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 54-70, jan./abr. 2005.

OECD, Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, **OECD Corporate Governance Principles**. Disponível em: [www.oecd.org](http://www.oecd.org). Acesso em: 28 de Junho de 2016.

RODRIGUES, Luciana Alves; DIAS, Warley de Oliveira; COLAUTO, Romualdo Douglas. **EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS: ESTUDO DO NÍVEL DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS NOTAS EXPLICATIVAS AO FORMULÁRIO 20-F**. In: IV Congresso ANPCONT–Convergências Internacionais da Contabilidade. Anais. 2010.

SARBANES-OXLEY ACT, **Public Law 107-204 (Lei Sarbanes-Oxley)**, de 30 de julho de 2002. Sec.gov. Disponível em: <<https://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2015.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da, **Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: Teoria e Prática**. 1ª edição, São Paulo: Elsevier, 2010.

ZONATTO, Vinícius Costa da Silva; BEUREN, Ilse Maria. **Evidenciação da Gestão de Riscos pela Metodologia do COSO: Um Estudo nos Relatórios da Administração de Empresas Brasileiras**. ConTexto, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 69-86, 1º semestre 2012.

## ANEXOS

**Tabela A-1:** Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com capital aberto.

Componente	Prin- cípio	% atend.	% atend.	CA1		CA2		CA3		CA4	
				%	%	%	%	%	%	%	%
		Princ.	Comp.	atend.	atend.	atend.	atend.	atend.	atend.	atend.	atend.
				Princ.	Comp.	Princ.	Comp.	Princ.	Comp.	Princ.	Comp.
Ambiente de controle	P1	100%		100%		100%		100%		100%	
	P2	38%		0%		50%		60%		40%	
	P3	90%	62%	100%	60%	100%	65%	60%	60%	100%	64%
	P4	84%		100%		75%		80%		80%	
	P5	0%		0%		0%		0%		0%	
Avaliação de risco	P6	75%		67%		75%		80%		80%	
	P7	68%	60%	100%	58%	50%	56%	60%	60%	60%	65%
	P8	26%		0%		25%		40%		40%	
	P9	70%		67%		75%		60%		80%	
Atividades de controles	P10	56%		33%		50%		60%		80%	
	P11	60%	39%	67%	33%	75%	42%	40%	33%	60%	47%
	P12	0%		0%		0%		0%		0%	
Informação e comunicação	P13	85%		100%		100%		60%		80%	
	P14	5%	63%	0%	67%	0%	67%	20%	60%	0%	60%
	P15	100%		100%		100%		100%		100%	
Atividades de monitoramento	P16	77%	41%	33%	17%	75%	38%	100%	60%	100%	50%
	P17	5%		0%		0%		20%		0%	

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela A-2:** Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com capital fechado.

Componente	Prin- cípio	%	%	CA1		CA2		CA3		CA4	
		atend.	atend.	%	%	%	%	%	%	%	%
		Princ.	Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.
Ambiente de controle	P1	90%		100%		80%		100%		80%	
	P2	30%		0%		20%		60%		40%	
	P3	80%	53%	100%	40%	80%	48%	80%	68%	60%	56%
	P4	65%		0%		60%		100%		100%	
	P5	0%		0%		0%		0%		0%	
Avaliação de risco	P6	15%		0%		0%		60%		0%	
	P7	70%	39%	100%	25%	40%	30%	80%	60%	60%	40%
	P8	20%		0%		20%		20%		40%	
	P9	50%		0%		60%		80%		60%	
Atividades de controles	P10	85%		100%		60%		100%		80%	
	P11	10%	32%	0%	33%	20%	27%	0%	33%	20%	33%
	P12	0%		0%		0%		0%		0%	
Informação e comunicação	P13	95%		100%		80%		100%		100%	
	P14	0%	65%	0%	67%	0%	60%	0%	67%	0%	67%
	P15	100%		100%		100%		100%		100%	
Atividades de monitoramento	P16	40%	20%	0%	0%	60%	30%	60%	30%	40%	20%
	P17	0%		0%		0%		0%		0%	

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela A-3:** Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com controle público.

Componente	Prin- cípio	% atend. Princ.	% atend. Comp.	CA1		CA2		CA3		CA4	
				%	%	%	%	%	%	%	%
				atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.
Ambiente de controle	P1	92%		100%		67%		100%		100%	
	P2	58%		0%		67%		100%		67%	
	P3	100%	66%	100%	50%	100%	60%	100%	80%	100%	73%
	P4	79%		50%		67%		100%		100%	
	P5	0%		0%		0%		0%		0%	
Avaliação de risco	P6	46%		50%		33%		67%		33%	
	P7	92%	60%	100%	50%	67%	50%	100%	75%	100%	67%
	P8	33%		0%		33%		33%		67%	
	P9	71%		50%		67%		100%		67%	
Atividades de controles	P10	79%		50%		67%		100%		100%	
	P11	54%	44%	50%	33%	67%	44%	33%	44%	67%	56%
	P12	0%		0%		0%		0%		0%	
Informação e comunicação	P13	92%		100%		100%		67%		100%	
	P14	0%	64%	0%	67%	0%	67%	0%	56%	0%	67%
	P15	100%		100%		100%		100%		100%	
Atividades de monitoramento	P16	33%		0%		67%		33%		33%	
	P17	0%	17%	0%	0%	0%	33%	0%	17%	0%	17%

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela A-4:** Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com controle privado nacional.

Componente	Prin- cípio	%	%	CA1		CA2		CA3		CA4	
		atend.	atend.	%	%	%	%	%	%	%	%
		Princ.	Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.
Ambiente de controle	P1	95%		100%		100%		100%		80%	
	P2	21%		0%		25%		40%		20%	
	P3	69%	54%	100%	60%	75%	55%	40%	52%	60%	48%
	P4	84%		100%		75%		80%		80%	
	P5	0%		0%		0%		0%		0%	
Avaliação de risco	P6	44%		50%		25%		60%		40%	
	P7	53%	45%	100%	50%	50%	44%	40%	45%	20%	40%
	P8	16%		0%		25%		20%		20%	
	P9	66%		50%		75%		60%		80%	
Atividades de controles	P10	55%		50%		50%		60%		60%	
	P11	34%	30%	50%	33%	25%	25%	20%	27%	40%	33%
	P12	0%		0%		0%		0%		0%	
Informação e comunicação	P13	90%		100%		100%		80%		80%	
	P14	5%	65%	0%	67%	0%	67%	20%	67%	0%	60%
	P15	100%		100%		100%		100%		100%	
Atividades de monitoramento	P16	70%	35%	50%	25%	50%	25%	100%	50%	80%	40%
	P17	0%		0%		0%		0%		0%	

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela A-5:** Percentual de atendimento por princípio e componente dos bancos com controle privado estrangeiro.

Componente	Prin- cípio	% atend. Princ.	% atend. Comp.	CA1		CA2		CA3		CA4	
				%	%	%	%	%	%	%	%
				atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.	atend. Princ.	atend. Comp.
Ambiente de controle	P1	100%		-		100%		100%		100%	
	P2	33%		-		0%		50%		50%	
	P3	100%	63%	-	-	100%	50%	100%	70%	100%	70%
	P4	83%		-		50%		100%		100%	
	P5	0%		-		0%		0%		0%	
Avaliação de risco	P6	67%		-		50%		100%		50%	
	P7	67%	54%	-	-	0%	25%	100%	75%	100%	63%
	P8	33%		-		0%		50%		50%	
	P9	50%		-		50%		50%		50%	
Atividades de controles	P10	83%		-		50%		100%		100%	
	P11	17%	33%	-	-	50%	33%	0%	33%	0%	33%
	P12	0%		-		0%		0%		0%	
Informação e comunicação	P13	83%		-		50%		100%		100%	
	P14	0%	61%	-	-	0%	50%	0%	67%	0%	67%
	P15	100%		-		100%		100%		100%	
Atividades de monitoramento	P16	100%	58%	-	-	100%	50%	100%	75%	100%	50%
	P17	17%		-		0%		50%		0%	

Fonte: Elaboração própria.